

Sumário

Apresentação.....	XI
--------------------------	-----------

Parte I

1. Os tributos e a relação estado-contribuinte	3
1.1. Raízes do poder de tributar: origem, histórico brasileiro e advento das garantias fundamentais do cidadão-contribuinte.	3
1.2. Da relação Estado-Contribuinte: necessidade de segurança jurídica à luz dos direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988	13
2. O planejamento tributário sob a ótica terminológica e principiológica	19
2.1. Noções gerais acerca do planejamento tributário.	19
2.2. O custo tributário no cenário brasileiro: da conveniência à necessidade do planejamento tributário.....	20
2.3. Elisão Fiscal	27
2.4. Evasão Fiscal	33
2.5. Elusão Fiscal	41
2.6. Critérios de identificação: evasão fiscal, elisão fiscal e elusão fiscal	47
2.7. O princípio da legalidade tributária	55
2.8. O princípio da liberdade fiscal	59
2.8. O princípio da livre iniciativa	61

3. Propósito negocial, simulação e negócio jurídico indireto	67
3.1. A teoria do propósito negocial no planejamento tributário: origens e conceito.	67
3.2. Norma geral antielisiva: o parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional, sua inaplicabilidade normativa e a legalidade tributária	70
3.3. Conceitualização: Simulação e Dissimulação	78
3.4. Conceitualização: Negócio Jurídico Indireto	89
3.5. Tentativas de importação da doutrina do propósito negocial para o sistema tributário brasileiro: norma geral antielisiva e a evolução histórica da legislação.....	96
3.6. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2446/STF e o parágrafo único do art. 116 do CTN.....	111

PARTE II

4. Análise de casos na jurisprudência do conselho administrativo de recursos fiscais (CARF)	121
4.1. Acórdão da Sexta Câmara do Conselho de Contribuintes – 2005: M.V x União – Fazenda Nacional	121
4.2. Acórdão da Quarta Câmara do Conselho de Contribuintes – 2008: E.A.S. S/A x União – Fazenda Nacional	126
4.3. Acórdão da Quarta Câmara do Conselho de Contribuintes – 2011: V.C.Ltda x União – Fazenda Nacional	129
4.4. Acórdão da Sexta Câmara do Conselho de Contribuintes – 2012: K.L S/A x União – Fazenda Nacional	138

4.5. Acórdão da Sexta Câmara do Conselho de Contribuintes – 2013: T.P x União – Fazenda Nacional	143
4.6. Acórdão da Quarta Câmara do Conselho de Contribuintes – 2014: M.B.S.A x União – Fazenda Nacional	148
4.7. Acórdão da Terceira Câmara do Conselho de Contribuintes – 2016: E.I. Ltda x União – Fazenda Nacional	153
4.8. Acórdão da Terceira Câmara do Conselho de Contribuintes – 2017: R.D S/A x União – Fazenda Nacional	156
4.9. Acórdão da Terceira Câmara do Conselho de Contribuintes – 2018: T.B. Ltda x União – Fazenda Nacional	161
4.10. Acórdão da Terceira Câmara do Conselho de Contribuintes – 2019: V.P.E Ltda x União – Fazenda Nacional	165
4.11. Acórdão da Terceira Câmara do Conselho de Contribuintes – 2020: I.M.F Ltda x União – Fazenda Nacional	172
4.12. Acórdão da Quarta Câmara do Conselho de Contribuintes – 2021: M.P.S.A x União – Fazenda Nacional	178
4.13. Acórdão da Terceira Turma – 2022: V.I.Ltda x União – Fazenda Nacional	185
Referência Bibliográficas.....	193